



Psicologia e Religião: um diálogo entre ciência e transcendência

Psychology and Religion: a dialogue between science and transcendence

Edilza Rodrigues Campelo da Silva¹

Resumo: Este trabalho tem por objetivo apresentar o posicionamento do sistema conselhos de psicologia em relação à laicidade e prática religiosa do povo brasileiro, elencando a postura do profissional da psicologia em assuntos concernentes a religiosidade do paciente. Desse modo, será apontado com base no código de ética da psicologia, como essas questões devem ser tratadas no exercício da psicoterapia. Para compreendermos o fenômeno religioso em uma perspectiva científica, e como esse fenômeno se apresenta na concepção de cada indivíduo, tomaremos por base epistemológica a psicologia analítica de Carl Gustav Jung (1875-1961), tal abordagem busca compreender o indivíduo em sua totalidade, pois além das questões biológicas, psíquicas e sociais, aponta para a relevância das concepções religiosas ou espirituais no ser humano. Embora nosso olhar para o fenômeno religioso esteja pautado na psicologia analítica, outras vertentes da psicologia também oferecem conteúdos relevantes para compreender a concepção religiosa do indivíduo. Assim, ao amparar-se em uma base epistemológica que sustente sua postura, a função do psicólogo é compreender o sujeito em sua totalidade, nisto inclui a religiosidade e o que ela representa para o indivíduo que busca por ajuda.

Palavras-chave: Laicidade. Psicoterapia. Ética. Psicologia analítica. Fenômeno religioso.

Abstract: This work aims to present the positioning of the psychology council system in relation to the secularism and religious practice of the Brazilian people, listing the stance of the psychology professional on matters concerning the patient's religiosity. In this way, based on the psychology code of ethics, it will be pointed out how these issues should be dealt with in the practice of psychotherapy. To understand the religious phenomenon from a scientific perspective, and how this phenomenon presents itself in the conception of each individual, we will take as an epistemological basis the analytical psychology of Carl Gustav Jung (1875-1961), this approach seeks to understand the individual in its entirety, as in addition to biological, psychic and social issues, it points to the relevance of religious or spiritual conceptions in human beings. Although we present a perspective from analytical psychology, other aspects of psychology also offer relevant content to understand the individual's religious conception. Thus, when

¹ Psicóloga graduada pela Universidade Paulista (UNIP-Campinas). Mestra em Ciências da Religião (PUC-Campinas). Professora e Supervisora de Estágios Clínicos no curso de Psicologia da Anhanguera Educacional (Sumaré-SP). Membro do grupo de Pesquisa: Fundamentos Epistemológicos e Influências Filosóficas da Psicologia Existencial Humanista (DGR-CNPq) do departamento de Psicologia (UNASP-EC). E-mail: edilza.rcampelo@gmail.com



supported by an epistemological basis that supports their stance, the psychologist's role is to understand the subject as a whole, this includes religiosity and what it represents for the individual seeking help.

Keywords: Secularism. Psychotherapy. Ethic. Analytical psychology. Religious phenomenon.

Introdução

Quando padrões costumeiros são rompidos, a vida se torna questionável e, com frequência, temas espirituais emergem. Situações como esta podem ser desencadeadas por diferentes formas de crises como insatisfação, carência ou inquietação crescente, com a sensação de que algo essencial está faltando. Tais acontecimentos podem mudar o curso da vida de um indivíduo, pois proporcionam experiências que transcendem a consciência cotidiana. São experiências que geralmente conduzem ao movimento, à busca mais profunda na esfera da religiosidade e transcendência. Diante disto, um autoconhecimento mais abrangente pode ocorrer e a espiritualidade se expressar de maneira autêntica no indivíduo (DORST, 2015, p. 25).

O interesse por temas com ênfase na religião vem crescendo e tomando uma ampla proporção nas últimas décadas. É possível notar que pesquisadores e cientistas de diversas áreas do conhecimento humano que se dedicam a estudar as experiências religiosas, utilizam conceituados métodos científicos no processo de investigação e apresentam resultados relevantes em suas pesquisas. Diante deste cenário, o campo da psicologia vem proporcionando abertura e disposição a fim de que a religiosidade seja reconhecida como tema importante para a compreensão do ser humano em sua totalidade.

Experiências e análises concernentes às questões religiosas do indivíduo, como por exemplo, as que foram realizadas pelo fundador da psicologia analítica Carl Gustav Jung (1875-1961), antecipa muitas das discussões recentes na relação entre psicologia e religião. Desse modo, é possível observar que em diversos segmentos da psicologia contemporânea, os temas relacionados a religiosidade se apresentam como parte integrante do processo psicoterapêutico.

Nesse sentido, qual deve ser a postura do psicólogo ao se deparar com questões de ordem religiosa ou espiritual que chegam ao consultório? Evitar? Silenciar-se? Ou



ainda dizer que tais questões não fazem parte do âmbito psicológico e que não pode pronunciar-se a respeito?

Jung reconhece que a dimensão espiritual faz parte da essência do ser humano, e que, esta dimensão, é a raiz de vários problemas psicológicos em diversos indivíduos que aparecem no consultório. Assim, enfatizou sobre a necessidade de se compreender o ser humano em sua totalidade. Para tanto, propõe um tratamento psicológico que visa, não apenas questões somáticas e biológicas, mas também as relacionadas ao plano espiritual (JUNG, 1974/2003, p. 74).

Porém, de acordo com Amatuzzi (2015, p. 230), não cabe ao psicólogo tratar diretamente as questões espirituais deste indivíduo, e sim, das repercussões psicológicas ligadas a tais questões. Como por exemplo, ajudá-lo a identificar a real tomada de posição no âmbito dos valores ou sua orientação de vida, compreender a relação destes com sua vivência e possibilitar uma visão ampla de suas decisões.

Por fim, a postura do psicólogo não deve se restringir apenas em ouvir silenciosamente as manifestações da dimensão espiritual ou religiosa da pessoa que o procura. É preciso que o profissional busque compreender como esse modo de ser repercute na vida cotidiana desta pessoa, de que maneira enfrenta os desafios, assim como, ajudá-la a apropriar-se dos apelos intrínsecos à sua natureza (AMATUZZI, 2015, p. 231).

Toda intervenção realizada no âmbito da psicologia, deve estar respaldada nas diretrizes do órgão que regulamenta a profissão. No Brasil, temos o Conselho Federal de Psicologia e os conselhos regionais que orientam e fiscalizam as ações de psicólogas e psicólogos. Além disso, o profissional precisa se amparar em uma base epistemológica que sustente suas intervenções.

Nota-se que um número expressivo de pessoas religiosas tem procurado o curso de psicologia no intuito de instrumentalizá-la em prol da religião. Em outros casos, pessoas que já possuem formação na área, tentam dogmatizar a psicologia a fim



de atender demandas religiosas e acabam por confundir a atuação do conselheiro espiritual com a do psicoterapeuta².

Este artigo visa esclarecer equívocos neste aspecto, salientando o compromisso do psicólogo com as questões éticas que envolvem o exercício da profissão. Caso contrário, podem cair no senso comum, ou ainda, no charlatanismo.

1. Ciência e Transcendência: o posicionamento do Conselho de Psicologia

Desde os tempos remotos, a crença religiosa está naturalmente vinculada à vida cotidiana de muitas pessoas e em diversas culturas. Enquanto fenômeno universal é uma constante antropológica com múltiplas formas de manifestações e, atualmente, vem apresentando uma evolução progressiva na consciência humana onde evidencia-se a diferença entre religião, religiosidade e espiritualidade.

A religiosidade é um traço básico da nossa natureza humana. Trata-se da tendência profundamente enraizada em nós de abrir-nos para a totalidade e a unidade. Compartilhamos essa tendência com todos os seres vivos, pois ela é a força motriz da evolução. Até agora ela se manifestou nas multiformes religiões do mundo, pois fora das religiões durante milênios não houve separação entre religião e espiritualidade. Agora, porém presenciamos como essa força religiosa está se desvinculando das religiões tradicionais. Encontro cada vez mais pessoas que são religiosas, sem confessar o credo de nenhuma religião. Identifico nisso um vestígio da evolução progressiva da consciência. (JÄGER *apud* DORST, 2015, p. 13).

Geralmente relacionamos a espiritualidade a alguma tradição religiosa, porém, ela não depende de tradições, confissões ou instituições religiosas, pois alcança dimensões mais profundas da experiência individual e se apresenta na forma de diversos fenômenos.

Enquanto a religião configura o conjunto de valores e crenças que se expressam através dos mitos, ritos e símbolos, a religiosidade pode ser compreendida como uma experiência pessoal e subjetiva da religião. A espiritualidade, por sua vez, significa a possibilidade de uma pessoa mergulhar em si mesma e tem relação com os

² Em 2023 houve um movimento no Congresso Nacional de partidos políticos de frente religiosa tentando legitimar o termo “psicólogo cristão”, ao que coube ao CFP se posicionar e reiterar o compromisso da Psicologia com a laicidade do estado publicando a Resolução CFP 7/2023.



valores e significados. A religiosidade pode ser uma maneira de a espiritualidade se manifestar, mas não é a única. A religiosidade implica uma referência ao transcendente ao passo que a espiritualidade implica uma referência ao sentido. (BRITO, 2013, p. 681-684).

Ao buscar ajuda psicológica, o indivíduo espera que o profissional compreenda o que o faz sofrer, para tanto, leva-o ao seu mundo de experiências. De acordo com Hillman (1985, p. 39-41) “experiência e sofrimento são palavras de há muito associadas a alma”. O autor acrescenta que: “alma confere sentido, transforma acontecimentos em experiência, comunica-se pelo amor e tem uma implicação religiosa”. Porém, entre a psicologia e a religião existe um espaço que geralmente é deixado livre. É o lugar onde psicólogos e religiosos geralmente se confrontam, pois é neste espaço que pode acontecer o encontro entre imanência e transcendência⁴.

O profissional da psicologia precisa ter abertura para as questões religiosas a fim de compreender a dimensão destas naquele que procura por ajuda. No entanto, de acordo com Amatuzzi (2015, p. 228-229), é necessário ter clareza se a pessoa busca por orientações fundamentadas cientificamente, como por exemplo, autoconhecimento, ou se, esta pessoa, procura por orientação para o desenvolvimento espiritual vinculado a uma tradição religiosa ou espiritual. Neste caso, o agente deve ser um líder religioso.

Ainda que a queixa pareça confusa e indiscriminada, é preciso estar atento para a diferença entre os dois campos. De acordo com Hillman (1985, p. 44-45), “a missão do orientador pastoral se difere fundamentalmente daquela do psicólogo clínico”. Enquanto o psicoterapeuta vai ocupar-se com a mente, seu mecanismo e dinamismo, no

³ Hillman (1985 p. 41), afirma que “alma” não é um termo científico, pois apresenta ambiguidade e representa sobretons românticos e metafísicos, compartilhando suas fronteiras com a religião. Assim, para escapar da ambiguidade, recorre-se ao termo “psique” que é empregado como um fato natural coexistente à vida física e, talvez a ela redutível.

⁴ A palavra-chave “transcendência” aparece na maioria das publicações como um subaspecto da espiritualidade. Etimologicamente transcendência está ligada às expressões “*trans* = por cima, além de”, e *scandere* = ascen-der/galgar, isto é, trata-se de transpor um limite. Mas sob o conceito de transcendência entende-se também o absoluto, o divino, a realidade primeira propriamente. No pensamento filosófico e teológico imanência e transcendência remetem à diferença fundamental entre dois âmbitos, o do aquém e o do além. No decorrer da história as representações metafísicas da transcendência foram substituídas por uma concepção antropológica, como anseio humano de ir além de si mesmo. Na pós-modernidade deplora-se uma perda de transcendência como perda de sentido, como crise espiritual, como perda de sensação de acolhimento e segurança na vida. Na compreensão atual, bastante ampliada, a transcendência refere-se também à transposição das fronteiras do Eu para um viver plenamente maior, para o mundo, para o semelhante, para o inconsciente (DORST, 2015, p. 15-16).



intuito de compreender o paciente com todo o seu modo de ser e agir, o líder religioso volta-se para compreensão do divino e a relação do indivíduo com os valores e crenças da religião. Porém, se for conveniente, é possível que tanto o psicólogo quanto o líder religioso possam colaborar num determinado caso.

Exemplos neste sentido pode ser pensado a partir das seguintes hipóteses: “uma pessoa vai ao psicólogo e diz que não consegue compreender a doutrina da trindade e isso tem trazido certo desconforto espiritual”. Neste caso, o profissional deve orientar o paciente a buscar esclarecimentos com o líder religioso, pois este está habilitado a responder questões dogmáticas. Entretanto, se esta pessoa vai ao psicólogo e diz que tais doutrinas não fazem mais sentido em sua existência e precisa de ajuda para se conhecer melhor, o profissional pode ajudá-la nessa busca por autoconhecimento.

Ao tratar de assuntos concernentes a religião e espiritualidade, o sistema conselhos de psicologia (§ XI, p. 44), declara que reconhece a importância destas questões na constituição psíquica das pessoas e compreende que Religião e Psicologia transitam num campo comum: o da produção de subjetividades. Neste sentido, aponta que é fundamental um diálogo entre tais conhecimentos.

Segundo orientação da OMS, a compreensão da integralidade dos seres humanos trazidas por saberes tradicionais é perfeitamente articulável à trazida por saberes científicos. Daí a importância de colocar em diálogo os conhecimentos acumulados nesses âmbitos para maior compreensão das subjetividades e para maior conhecimento das interfaces estabelecidas pela psicologia com outras ciências e com a religião (§ XIII p. 45).

Em toda religião existe uma dimensão psicológica, pois, as religiões além de se fundamentarem em dogmas institucionalmente estabelecidos, constituem-se de seres humanos que, por sua vez, possuem características subjetivas inerentes a cada um. Vale ressaltar que, ainda que a psicologia reconheça a dimensão espiritual do indivíduo, ela não possui uma dimensão religiosa, pois esta não se fundamenta em dogmas, e sim, na ciência. Por isso, de acordo com o § XI, p. 44, o profissional necessita ser cauteloso a



fim de não confundir o conhecimento fundamentado na laicidade⁵ e na ciência, com os conhecimentos dogmáticos da religião.

Muitos profissionais da psicologia ignoram a grande diversidade de tradições religiosas e culturais, assim como, os saberes populares existentes no Brasil, e se fecham para o conhecimento e diálogo. No entanto, abrem precedentes para o preconceito, a discriminação e a intolerância religiosa contra os pacientes. Por esta razão, este profissional necessita aprofundar-se no conhecimento e debate, no intuito de compreender e respeitar as diversas formas de expressão religiosa, seus seguimentos e origens, ampliando assim seu campo de visão.

As religiões geralmente trazem em sua estrutura institucional, fundamentos e práticas que orientam de maneira significativa a existência dos indivíduos. De acordo com o § VIII, p. 44, elas se tornam um elemento que apesar de complexo, é irreduzível na tessitura das culturas, pois direciona estas pessoas em seu fazer social de maneira que suas crenças e sua religiosidade possam refletir em suas relações.

Sabemos que a imensa diversidade cultural e religiosa pelo qual se constitui a sociedade brasileira, se estrutura em preceitos, éticas e valores que foram surgindo ao longo dos tempos. Esta estrutura, tem uma grande parcela de contribuição advinda das religiões, que por sua vez estão alicerçadas na representação da transcendência e limitação humana (VIANA, 2014, p. 4). Por isso, o profissional da psicologia necessita se amparar em uma base segura em que se assente a igualdade de direitos.

Neste sentido, o Sistema Conselhos de Psicologia ressalta que:

A laicidade do Estado deve ser entendida como princípio pétreo, jamais pode ser colocada em questão, pois é sob essa base, segura e inquestionável que se assenta a igualdade de direitos aos diversos segmentos da população brasileira, cuja extraordinária diversidade cultural e religiosa, uma das maiores do planeta, constitui um formidável potencial para a resolução de inúmeros problemas da sociedade contemporânea [...]. Como o estado de direito é preservado e retroalimentado pelas instituições que compõem a sociedade, tanto as ciências, como as práticas profissionais delas decorrentes devem,

⁵ Um dos princípios da laicidade que consta na Declaração Universal da Laicidade no século XXI, consiste no respeito à liberdade de consciência e de sua prática individual e coletiva. Considerar o princípio da laicidade na Psicologia remete ao desafio ético de respeito e proteção às diferenças entre sujeitos e grupos sociais e suas crenças.



obrigatoriamente, orientar suas ações com base no princípio pétreo da laicidade do Estado” (§ 2º; § 5º, p. 43).

Reconhecer que o Estado é laico não implica em desconsiderar a prática religiosa e a espiritualidade do povo brasileiro. Ainda que a Psicologia seja laica em sua organização, ela pode estudar os fenômenos de ordem religiosa que se manifestam através das diferentes origens e seguimentos culturais. As inúmeras maneiras de adesão e expressão religiosa do nosso povo, com raízes oriundas de povos indígenas, africanos, europeus e asiáticos, demonstra o forte sentimento de religiosidade existente nesta sociedade (§ IV, p. 43). Portanto, é possível que, tanto a religião com seus valores e crenças, quanto a Psicologia como ciência e profissão, através do diálogo, possam contribuir uma com a outra (VIANA, 2014, p. 5).

O Código de Ética da Psicologia aponta que a prática da psicoterapia se baseará “no respeito e na promoção de liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano” (§ VI, p. 44), e seus princípios devem ser norteados pelos valores expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Sendo assim, o profissional deve ter clareza em relação aos cuidados que dedica aos que solicitam seus serviços, e estar ciente da sua responsabilidade no tocante ao respeito pelas questões éticas.

Além de que, pelo próprio Código de Ética no artigo 2º b – é vedado ao psicólogo: “induzir a convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, de orientação sexual ou qualquer outro tipo de preconceito, quando do exercício de suas funções profissionais”. Assim, de acordo com Viana (2014, p. 4), a história de vida, crenças, valores, convicções religiosas, experiências individuais, ou qualquer outra questão que esteja vinculada ao âmbito da vida pessoal do psicólogo, não cabem no exercício da profissão.

Sobre esta questão, o Conselho de Psicologia se posiciona da seguinte maneira:

[...] somos terminantemente contrários a qualquer tentativa fundamentalista de imposição de dogma religioso, seja ele qual for, sobre o Estado, a Ciência e a profissão e, a qualquer forma de conhecimento que procure naturalizar a desigualdade social, a pobreza ou o cerceamento dos direitos constitucionais, por isso, não pouparemos esforços para garantir o estado de direito e as instituições democráticas, compreendendo ser esta condição, *sine qua non* para a manutenção e o desenvolvimento da saúde psicossocial da população



brasileira, base para um processo saudável de subjetivação (§ XIV, p. 45).

Quando a pessoa que busca por ajuda psicológica, e percebe que suas questões religiosas também são levadas a sério pelo psicoterapeuta, ela entende que essa atitude é o resultado da abertura para uma compreensão mais ampla de seus dilemas existenciais por parte deste profissional. De acordo com Dorts (2015, p. 175), as teorias e métodos norteiam o trabalho do psicólogo, porém, sua atitude é infinitamente mais importante que teorias e métodos. Desse modo, entende-se que, se o assunto concernente a religiosidade ou espiritualidade é considerado relevante para pessoa que busca por ajuda, é seu direito contar com uma postura aberta e compreensiva do profissional.

2. A psicologia analítica de Carl Gustav Jung: uma abordagem com ênfase na psicologia do homem religioso

Ao atentarmos para a obra de Jung, é possível observar a ênfase em questões espirituais, transculturais e transpessoais. O interesse do autor, esteve voltado para as experiências que estão além daquelas situadas nas confissões, instituições e tradições religiosas. Assim, buscou demonstrar repetidamente que para se conhecer a realidade por trás da realidade, ou a transcendência da psique, se faz necessário reconhecer que tanto o mundo físico e psíquico, quanto o corpo e espírito, podem ser compreendidos e apercebidos com os sentidos e o mundo invisível do inconsciente. Portanto, suas observações científicas abrangem tanto o conhecimento psicológico, como pensamentos filosóficos, saber antropológico, sabedoria de vida e ciências das religiões (DORST, 2015, p. 18).

Quase todos os escritos de Jung, principalmente os dos últimos anos, trazem em seu conteúdo assuntos referentes ao fenômeno religioso⁶. É evidente o lugar de destaque que a temática da religião ocupa em sua obra. Seu grande mérito está em reconhecer, como conteúdos arquetípicos⁷ da alma humana, as representações

⁶ Fenômeno pode ser entendido como aquilo que se mostra, ou seja, tudo o que é passível de ser observado. Diante disso, as pesquisas de Jung referentes ao fenômeno religioso, apontam para o que se mostra através da religião, da religiosidade e da espiritualidade..

⁷ O conceito de arquétipo de Jung está na tradição das ideias platônicas, com sua definição “de que a ideia é preexistente e supraordenada aos fenômenos em geral”, presentes também nas mentes dos deuses,



primordiais coletivas que estão na base das religiões em sua diversidade. Assim, a teoria junguiana e a relação desta com questões do plano religioso trazem em sua base e dimensão, além da própria experiência e convicção, a perspicácia em voltar sua atenção para a natureza psíquica do homem, observar e sentir as manifestações do inconsciente.

Jung visava o humano em sua totalidade, por isso se atentava para as questões religiosas trazidas pelos seus pacientes. Para ele, tais assuntos eram de considerável relevância na constituição psíquica do indivíduo. Assim, compartilha sua experiência fazendo o seguinte comentário:

De todos os meus pacientes que tinham ultrapassado o meio da vida, isto é, que contavam mais de trinta e cinco anos, não houve um só cujo problema mais profundo não fosse o da atitude religiosa. Aliás, todos estavam doentes, em última análise, por terem perdido aquilo que as religiões vivas ofereciam em todos os tempos, a seus adeptos, e nenhum se curou realmente, sem ter readquirido uma atitude religiosa própria, o que evidentemente não tinha nada a ver com a questão de confissão (credo religioso) ou com a pertença a uma determinada igreja (JUNG, 1971/2003, p. 80).

O interesse de Jung consistia tanto na relação psíquica entre o fenômeno religioso e a experiência pessoal, como em contribuir para que o indivíduo pudesse encontrar o sentido da vida. Conforme ele mesmo afirmou: “O homem realmente necessita de ideias gerais e convicções que lhe deem um sentido à vida e lhe permitam encontrar seu próprio lugar no mundo” (JUNG, 1964/2008, p.111). Ele entendia que a autêntica experiência religiosa é algo de absoluto. Não importa o que os outros pensam sobre esta experiência, o indivíduo que a vivenciou, a mantém como tesouro de grande valor, que se transforma em fonte de vida (JUNG, 1971/2012, p.130).

e que servem como modelos para todas as entidades do reino humano. O termo foi utilizado por Jung para designar “certas formas e imagens de natureza coletiva, que surgem por toda parte como elementos constitutivos dos mitos e ao mesmo tempo como produtos autóctones individuais de origem inconsciente”. Este termo, que foi empregado por Cícero, Plínio e outros, pertence aos primeiros séculos da nossa era, provavelmente tem origem nas criações do espírito humano que são transmitidas tanto por tradição e migração, como por herança. Para Jung, a hipótese da transmissão por herança “é absolutamente necessária, pois imagens arquetípicas complexas podem ser reproduzidas espontaneamente, sem qualquer possibilidade de tradição direta” (JUNG, 1971/2012, p.68-69). Essas imagens, ou representações arquetípicas, que “reaparecem sempre e por toda parte”, manifestam-se espontaneamente, seja através dos mitos e contos de fadas da literatura universal, ou através dos sonhos, fantasias, ideias delirantes ou ilusões dos indivíduos. Tais imagens impressionam, influenciam e fascinam. Assim, quanto mais nítidas, mais acompanhadas de tonalidades afetivas vívidas (JUNG, 1961/2006, p. 484-485).



Em sua obra *Psicologia e religião* (1971), afirma que a religião constitui uma das expressões mais antigas e universais da alma, pois acredita que o fenômeno religioso é inerente à psique humana. Ele entende a atitude religiosa como uma função psíquica natural, e a experiência religiosa como um processo psíquico (SILVEIRA, 1981, p. 151). A partir dessa afirmação podemos entender que, para Jung, o sentido dos termos religião e religiosidade⁸ não se vinculam a questões relacionadas às instituições religiosas, mas aos fenômenos culturais e as experiências individuais. Esta questão se torna evidente nas palavras do autor: [...] “não tomo como ponto de partida qualquer credo religioso, mas sim a psicologia do *homo religiosus*, do homem que considera e observa cuidadosamente certos fatores que agem sobre ele e sobre seu estado geral” (JUNG, 1971/2012, p. 22). Desse modo, ele propõe um tratamento psicológico que visa não apenas questões somáticas e biológicas, mas também as relacionadas ao plano religioso ou espiritual (JUNG, 1974/2003, p. 74).

É fácil a tarefa de denominar e definir tais fatores segundo a tradição histórica ou o saber etnológico, mas é extremamente difícil fazê-lo do ponto de vista da psicologia. Minha contribuição relativa ao problema religioso provém exclusivamente da experiência prática com meus pacientes, e com as pessoas ditas normais. Visto que nossa experiência com seres humanos depende, em grau considerável, daquilo que fazemos com eles, a única via de acesso para meu tema será a de proporcionar uma ideia geral do modo pelo qual procedo no meu trabalho profissional (JUNG, 1971/2012, p. 22).

Jung estava ciente da força psíquica que uma pessoa extrai de sua religiosidade quando esta não é para ela apenas uma convenção ou uma questão de hábito, e sim, uma prática com base em uma fé viva (MACHON, 2016, p. 285). Para ele, a linguagem das religiões é constituída por símbolos, e estes, ao longo dos tempos, se apresentam com profunda relevância na vida dos seres humanos. De semelhante modo, as cerimônias e os rituais religiosos atuam de maneira importante na psique do indivíduo religioso, pois se originaram da necessidade de proteção e funcionam como anteparos entre o sagrado e o humano. Sendo assim, é relevante que o psicólogo em sua atuação esteja atento a tais questões (SILVEIRA, 1981, p.144-150).

⁸ A palavra “espiritualidade” como é usada hoje em dia não era muito utilizada na época de Jung. As designações estabelecidas eram “religião” e “religiosidade”. Por isso, não se encontra muito a palavra “espiritualidade” em passagens das obras completas de C.G. Jung (DORST, 2015, p. 16).



A convicção de Jung consistia na ideia de que: “as religiões se acham tão próximas da alma humana, com tudo quanto elas são e exprimem que a psicologia de maneira alguma pode ignorá-las” (JUNG, 1971/1994, p. 1). Então se propõe a desenvolver uma psicologia da experiência religiosa, que para ele é um fenômeno psíquico.

O psicólogo James Hillman (1926-2011) aponta para a importância dos mitos arcaicos na constituição psíquica e religiosa do indivíduo trazendo a seguinte consideração:

[...] será necessário desmitologizar a religião para ir ao encontro do homem moderno? Não poderíamos escolher a alternativa do envolvimento com o inconsciente e, a partir daí, religarmos o homem moderno com os seus mitos? Talvez dessa maneira venhamos novamente a nos deparar com a alma e o seu interesse religioso natural (HILLMAN, 1985, p. 69-70).

Existe em cada indivíduo, uma linguagem comum, baseada em experiências idênticas ou arquetípicas. Por isso, o campo da realidade psíquica imanente a cada um, transcende as diferenças pessoais, independente de pressupostos culturais, religiosos e étnicos raciais. Desse modo, através do inconsciente, todos podem experimentar as imagens e emoções que nos foram dadas coletivamente (HILLMAN, 1985, p. 69).

As diversas culturas, com distintos conteúdos religiosos pelos quais Jung teve acesso, expressam atitudes espontâneas e autônomas representadas por crenças e devoções cotidianas que constituem o homem religioso. A dinâmica funcional parcialmente consciente da psique leva-nos à compreensão de que a religião e a experiência religiosa fundamentam a experiência psíquica. Quando temos acesso aos elementos autônomos naturais e primordiais, temos acesso ao conhecimento que é determinado pelo transcendente.

O critério metodológico da psicologia de Jung baseia-se em um ponto de vista exclusivamente científico. O objeto são fatos e dados da experiência, ou seja, sua análise consiste a partir de acontecimentos concretos. Ele parte do pressuposto que a existência psicológica é subjetiva, pois uma ideia só pode ocorrer em um indivíduo. Mas torna-se objetiva a partir do momento em que é compartilhada (JUNG, 1971/2012a, p. 18). “É a partir da multidão das impressões exteriores que concluímos que existe um mundo interior” (JUNG, 1971/2013, p. 100).



Edênio do Valle em seu artigo *A psicologia da Religião* (2007, p. 123), afirma que: “Há milênios a humanidade tenta esclarecer o problema do relacionamento entre o psiquismo e a religião”. Por outro lado, Jung relata que um dos principais aspectos de seus trabalhos consiste em abordar temas relacionados à concepção de mundo e tratar do confronto entre psicologia e os problemas religiosos (JUNG, 1961/2006, p. 249). Assim, ao olhar para a religião como fenômeno psíquico, reconheceu como conteúdos arquetípicos da alma humana, as representações primordiais coletivas que estão na base das diversas formas de religião e, entendeu que a função dos símbolos presentes nestas diversas formas de religião é dar sentido à vida do homem (JUNG, 1964/2008, p.111).

A concepção da psicologia analítica aqui apresentada é apenas uma das vertentes da psicologia que oferece base para se compreender a religiosidade e sua relação com a psique humana. Vale ressaltar que, significativa variedade de abordagens psicológicas, têm apresentado pesquisas e métodos de compreensão relevantes para as questões religiosas.

Um dos precursores nos estudos em psicologia e religião é o psicólogo, filósofo e líder do movimento conhecido como pragmatismo, Willian James (1842-1910). Sua fama internacional como filósofo e psicólogo, possibilitou que a psicologia da religião, uma disciplina principiante, ganhasse reconhecimento mundial. James alegava que “a religião está sempre configurada na vida individual e, nesse sentido, é também apenas a religião do indivíduo, a religião subjetiva, “pessoal” que pode se tornar objeto da psicologia da religião” (HOCK, 2010, p.164).

Na obra *As variedades da experiência religiosa* (1902), William James investiga a psicologia da religião, aplicando o método científico a um campo abordado anteriormente como filosofia teórica e abstrata. Ele acreditava que a espinha dorsal da vida religiosa, constituía-se das experiências individuais, e não dos preceitos estabelecidos pelas religiões organizadas. A obra conduz a uma abordagem pragmática da questão religiosa, na qual a religião é considerada como uma experiência, como uma vivência, e não apenas como uma crença na experiência alheia. Sua visão pluralista da religião, o levou à tolerância extraordinária para com as formas extremas de comportamento religioso.

O psicólogo humanista Abraham H. Maslow (1908-1970), no prefácio da segunda edição de sua obra *Introdução à psicologia do Ser* (1981) aponta que os



avanços dos estudos levariam para a quarta força da psicologia⁹. Na concepção do autor, esta seria mais elevada, pois incluiria a experiência transcendental do ser humano:

Devo também dizer que considero a Psicologia Humanista, ou Terceira Força da Psicologia, apenas transitória, uma preparação para uma Quarta Psicologia ainda “mais elevada”, transpessoal, transumana, centrada mais no cosmo do que nas necessidades e interesses humanos, indo além do humanismo, da identidade, da individuação e quejandos [...] Esses novos avanços podem muito bem oferecer uma satisfação tangível, usável e efetiva no “idealismo frustrado” de muita gente entregue a um profundo desespero, especialmente nos jovens. Essas Psicologias comportam a promessa de desenvolvimento de filosofia de vida, de um substituto da religião, de um sistema de valores e de um programa de vida cuja falta essas pessoas estão sentindo. Sem o transcendente e o transpessoal, ficamos doentes, violentos e nihilistas, ou então vazios de esperança e apáticos. Precisamos de algo “maior que somos”, que seja respeitado por nós próprios e a que nos entreguemos num novo sentido (MASLOW, s/d, p. 12).

Estabelecida como terceira força da psicologia, a Psicologia Humanista é constituída por uma literatura vasta em constante crescimento. Ela vem sendo utilizada na educação, na indústria, organização, administração, terapias de autoaperfeiçoamento, por vários indivíduos, revistas e organizações. Neste ínterim, outros teóricos desta corrente da psicologia como por exemplo: Carl Rogers, Rollo May e Victor Frankl, não apenas demonstraram interesse em temas relacionados a religiosidade, como desenvolveram estudos e pesquisas neste sentido.

A espiritualidade também vem adquirindo importância crescente no campo da saúde. De acordo com Dorst (2015, p. 25), apesar de grande parte das ciências da saúde apresentarem dificuldade em estabelecer relação entre espiritualidade e saúde, em 1995 a Organização Mundial da Saúde (OMS) apresentou seu posicionamento descrevendo a qualidade de vida como multidimensional. Nesta discussão, ao menos quatro categorias foram amplamente detalhadas: as dimensões física, psíquica, social e espiritual.

⁹ O Behaviorismo é considerado a primeira força em Psicologia; a Psicanálise a segunda força e a Psicologia Humanista-Existencial a terceira força.



Considerações finais

Existe em cada ser humano uma busca constante por entender os mistérios da vida, um anseio em se conhecer mais plenamente, uma necessidade de comunhão e afeto para com seu semelhante e um vislumbre do Outro Absoluto. Por tais motivos o homem está sempre em processo de desenvolvimento. Não se trata de desenvolvimento apenas enquanto sinônimo de mudança, e sim de transformação em que se agregam valores.

Do ponto de vista psicológico, Amatuzzi (2015, p. 11) considera que, a autotransformação ou autotranscendência pode ser vista como uma compreensão mais abrangente do Eu. O desenvolvimento pessoal aproxima o humano da realidade misteriosa que ele sempre buscou, mas nunca conseguiu desvendar completamente, que somos nós mesmos. Na perspectiva da religião, o homem é considerado limitado e dependente, porém, pesquisas que vêm sendo desenvolvidas ao longo dos séculos apontam que experiências religiosas são experiências humanas. Estas envolvem aprendizagem, autoconhecimento e autotranscendência. Portanto, afeta o ser humano em seu modo de ser e de se relacionar com os outros. Sendo assim, uma abertura cuidadosa para o universo destas experiências é extremamente relevante na compreensão do humano em sua totalidade.

É no encontro humano que se inicia o trabalho psicológico. Toda capacidade intelectual, conhecimento, treinamentos e experiências previamente adquiridos são apenas preparação para este momento. Se o encontro fracassa, tudo desmorona (HILLMAN, 1985, p. 12). Desse modo, tendo em vista alguns equívocos por parte de alguns profissionais na prática da psicoterapia concernentes ao fenômeno religioso, esperamos com este artigo proporcionar um diálogo mais fecundo entre Psicologia e Religião. Assim como, contribuir para uma compreensão mais ampla sobre a importância da experiência religiosa no processo de integração psíquica.

Por fim, enfatizamos que, ainda que a psicologia seja laica em sua organização, nada a impede de estudar e compreender os fenômenos de ordem religiosa que se apresentam nas mais variadas crenças. Neste sentido, além das abordagens da psicologia que buscam compreender a relação desta com a religião (algumas apresentadas acima), existe a possibilidade de o psicólogo direcionar suas pesquisas



para o campo das Ciências da Religião. Esta área do conhecimento, além de proporcionar abertura para o profissional da psicologia aprimorar sua concepção sobre a religião, contempla aspectos filosóficos, antropológicos, históricos, culturais, sociais, teológicos e políticos do homem religioso. Assim, pressupõe-se que pesquisas direcionados para este campo, têm muito a contribuir neste particular tão importante e ainda pouco explorado no campo da psicologia.

Referências bibliográficas

AMATUZZI, M. M. **Psicologia do Desenvolvimento Religioso: a religiosidade nas fases da vida**. São Paulo; Ideias e Letras, 2015.

BRITO, E. P. Ciência da Religião aplicada à psicoterapia, in: PASSOS, J. D; USARSKI, F. (Orgs.) **Compêndio de Ciência da Religião**. São Paulo: Paulinas: Paulus, 2013.

DORST, B. **Introdução**. In: JUNG, C.G. Espiritualidade e transcendência [seleção e edição de Brigitte Dorst] Tradução Nélio Schneider. Petrópolis: Vozes, 2015.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Posicionamento do Sistema Conselhos de Psicologia para a questão da Psicologia, Religião e Espiritualidade**. Notas Técnicas, 2013.

HILLMAN, J. **Uma busca interior em psicologia da religião**. Tradução Aracéli Martins Elman. São Paulo: Paulus, 1985.

HOCK, K. **Introdução à Ciência da Religião**. Tradução Monika Ottermann. São Paulo: Loyola, 2010.

JAMES, W. **As variedades da experiência religiosa: um estudo sobre a natureza humana**. Tradução: Otavio Mendes Cajado. 10. ed. São Paulo: Cultrix, 1995.

JUNG, C.G. **Interpretação Psicológica do Dogma da Trindade**: (vol. 11/2). Tradução de Pe. Dom Mateus Ramalho Rocha. Revisão técnica de Dora Ferreira da Silva. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1971/1994.

JUNG, C.G. **Escritos diversos**. Tradução Mateus Ramalho Rocha e Lúcia Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

JUNG, C.G. **Memórias, sonhos e reflexões**. Aniela Jaffé (Org. e Ed.). Tradução de Dora Ferreira da Silva. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1961/2006.



JUNG, C.G. Chegando ao inconsciente, in: JUNG, C.G. [et al.]. **O homem e seus símbolos**. Tradução Maria Lúcia Pinto. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1964/2008.

JUNG, C.G. **Psicologia e Religião**: (vol. 11/1). Tradução de Pe. Dom Mateus Ramalho Rocha. Revisão técnica de Dora Ferreira da Silva. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1971/2012.

JUNG, C.G. **Psicologia e Religião Oriental**: (vol. 11/5). Tradução de Pe. Dom Mateus Ramalho Rocha. Revisão técnica de Dora Ferreira da Silva. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1971/2013.

MACHON, Henryk. **O Cristianismo em C. G. Jung**: fundamentos filosóficos, premissas psicológicas e consequências para a prática terapêutica. Tradução: Markus A. Hediger. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

MASLOW, A. H. **Introdução à psicologia do ser**. Tradução: Álvaro Cabral. 2ª ed. Rio de Janeiro: Eldorado Tijuca, s/d.

SILVEIRA, N. **Jung**: vida e obra. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

VALLE, E. A psicologia da religião, in: USARSKI, F. (org.). **O espectro disciplinar da Ciência da Religião**. São Paulo: Paulinas, 2007.

VIANA, Henrique Lobato. Religiosidade e Laicidade: o que nós, psicólogos, temos a ver com isso? Rio de Janeiro: **Jornal do CRP-RJ** n°37, 2014.